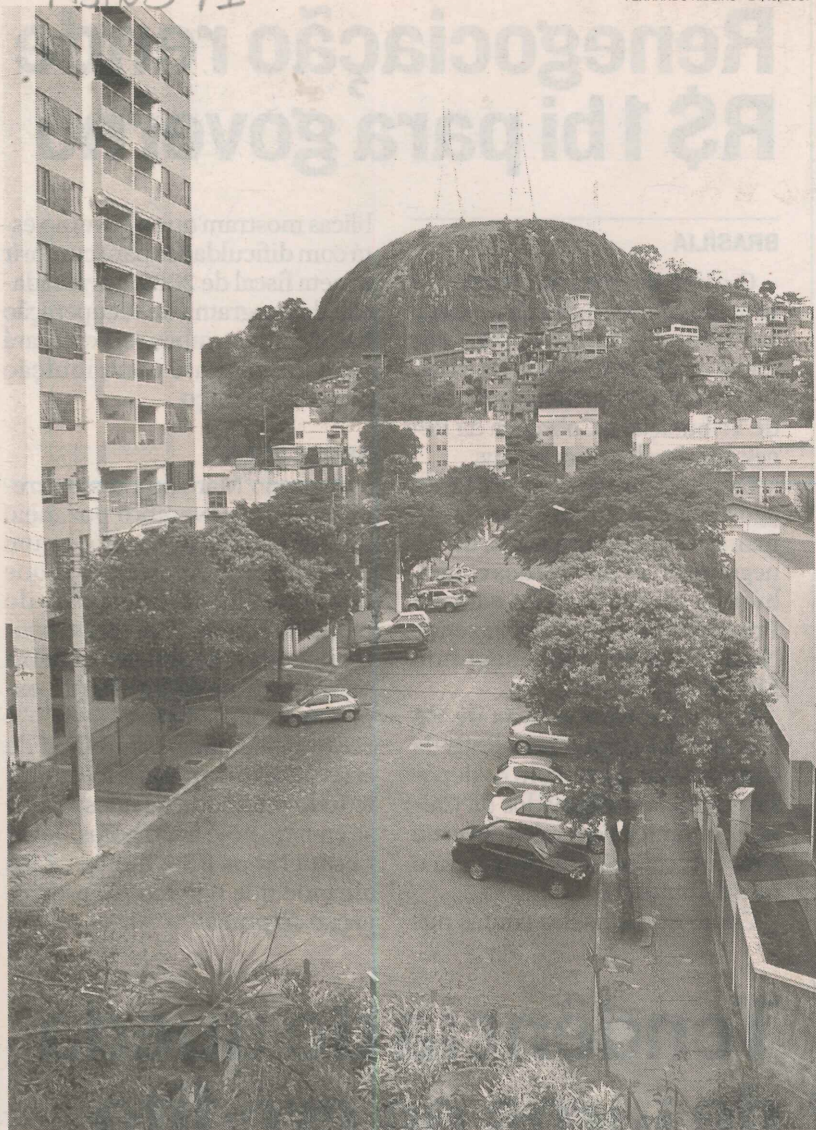


Economia

FERNANDO RIBEIRO - 24/10/2007



IMÓVEIS em bairro de Vitória: regularização de cobrança de taxa

Negociação para terreno de marinha

Novo superintendente da SPU, Magno Pires disse que uma das prioridades do governo é incentivar a regularização de áreas

Raphaela Ribas

O governo federal deve viabilizar em breve um projeto de lei para redução da taxa de marinha no País. A informação é do secretário-adjunto do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Jorge Arzabe.

Ele esteve presente ontem à posse do novo superintendente da Secretaria do Patrimônio da União no Estado (SPU-ES), Magno Pires, ex-prefeito de Vila Velha.

“Há uma demanda da população por meio de seus parlamentares, de todos os partidos, para a redução da taxa”, afirmou Arzabe.

Atualmente, são isentos de taxa de marinha famílias que recebem de três a cinco salários mínimos, o que corresponde a 92% da população brasileira, informou Arzabe.

Magno Pires disse que vai acatar o que a Justiça determinar em relação à redução. Ele ainda disse

que uma das suas prioridades é buscar incentivo no aumento de regularização de terrenos, especialmente para a população de baixa renda no Estado.

De acordo com ele, a prioridade será dada aos bairros com obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um programa do governo federal que visa à expansão do crescimento social do País.

O SPU regulariza a situação de moradores por meio da transferência de títulos. “Daremos continuidade a isso”, disse Magno.

Para a orla capixaba, ele disse que vai avaliar os projetos que já existem antes de elaborar novas metas. “Iremos visitar municípios litorâneos, conversar com prefeitos e cidadãos para fazer um plano de ocupação ordenada da orla. Precisamos conhecer os projetos em andamento antes de entrar em acordos e criar metas.”

Ele também afirmou que quer fazer parceria com municípios, Estado, setores econômicos e sociais na sua gestão.

A indicação de Magno à superintendência foi feita pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e aprovada pela bancada federal do Espírito Santo e pela Secretaria Nacional do Patrimônio da União, Alexandra Reschke.